



EMPRESAS PREFEREM A ARBITRAGEM PELA "CELERIDADE E DISCRICÃO", DIZ O ADVOGADO FERNANDO TONIM

ILMAI cria bolsa de árbitros e mediadores da CPLP

O ILMAI, Instituto de Mediação e Arbitragem, criado há cerca de seis meses, estabeleceu parcerias com AIP, o GRAL, a UAL e o ISCSP para iniciar em Outubro, em Lisboa, a primeira formação de árbitros de língua portuguesa. O objectivo, explicou o presidente do ILMAI à "Vida Económica", é criar uma rede internacional e estabelecer uma bolsa de árbitros e mediadores para o futuro Tribunal Arbitral da CPLP.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O ILMAI é presidido pelo advogado são-tomense radicado em Portugal e representante da Union Internationale des Advocats (UIA) Fernando Tonim.

O Instituto já foi apresentado na Associação Industrial Portuguesa (AIP) e já formalizou parcerias com aquela Associação, o Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL) do Ministério da Justiça e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). O seu objectivo é responder às necessidades sentidas pelas empresas com negócios nos países de língua portuguesa e que pretendem celeridade, mas, também, discricão no tratamento e resolução dos seus litígios.

"Quando decidi avançar para este projecto foi exactamente devido às dificulda-



"Quando decidi avançar para este tipo de projecto, foi exactamente devido às dificuldades com que me deparava nos países onde os meus clientes tinham negócios e em que há apenas os tribunais comuns para dirimir os conflitos", revelou Fernando Tonim à "Vida Económica".

des com que me deparava nos países onde os meus clientes tinham negócios e onde havia apenas os tribunais comuns para dirimir os conflitos", explicou Fernando Tonim à "Vida Económica".

Dai o advogado chamar a atenção para a necessidade de "fomentar" a mediação e a arbitragem, a exemplo do agora imposto no acordo assinado com a 'troika', uma vez que a "as empresas valorizam os meios alternativos de resolução de litígios, porque encontram ali uma ferramenta célere, ágil, segura e com características que os tribunais comuns não têm". É que "as empresas sabem que, a partir do momento em que recorrem aos tribunais para dirimir algum litígio, toda a sua situação passa a ser pública e elas preferem mantê-la com algum recato e discricão".

"As empresas têm uma preocupação enorme com esta questão", realça ainda Fernando Tonim, notando que "toda a informação que consta num processo arbitral não pode ser tornada pública nem utilizada em tribunal caso não haja sucesso na mediação". Isto, apesar de "as decisões arbitrais terem o mesmo valor jurídico que uma sentença de um tribunal comum".

ILMAI cria rede de centros de formação

Ciente das vantagens da mediação e da arbitragem - "hoje não há um contrato internacional que não preveja uma cláusula arbitral" -, Fernando Tonim revelou ainda à "Vida Económica" que o ILMAI encomendou um estudo ao perito Antonio Rivera Neutze, um "árbitro e professor catedrático da Guatemala especialista em arbitragem internacional", com o objectivo de sistematizar e comentar a legis-

lação em matéria de arbitragem dos oito países de língua portuguesa.

O trabalho, que já estará concluído, "será apresentado em Outubro, depois de cada bastonário dos advogados de cada um destes países ser chamado a dar um parecer sobre esse estudo", explicou Fernando Tonim.

A ideia, diz o advogado, é "publicar um livro com toda a legislação em matéria de mediação e arbitragem destes oito países, sistematizada e comentada". Uma edição bilingue (em português e espanhol), "devido à nossa proximidade com Espanha, que é um mercado interessante, até porque eles também estão interessados nos países africanos de língua portuguesa e é importante fazer-lhes chegar esta ferramenta de trabalho".

Com todas estas acções, a primeira das quais acontecerá entre 25 e 29 de Julho com a primeira sessão de formação de árbitros de língua portuguesa, a "grande aposta" do ILMAI está na "formação de quadros dos países de língua portuguesa", explica o seu presidente, com o objectivo de, "num futuro próximo, poder contar com delegações locais" nessas mesmas geografias.

"Vamos estabelecer esta rede em parceria com os centros de formação já existentes e com as câmaras de comércio e as ordens dos advogados dos países que compõem a CPLP". Tudo, de modo a que esteja "em pleno funcionamento" no segundo semestre de 2012, ao ponto de ser capaz de formar 75 formandos por ano, explicou Fernando Tonim. Objectivo final? Uniformizando as legislações em matéria de arbitragem, "criar um modelo moderno e ambicioso de formação em meios de resolução de conflito ajustado às realidades e à cultura dos países da CPLP".